

Cimi refuta ministro e acusa-o de leviandade

Das Sucursais e do correspondente

Ao analisar ontem as recentes declarações do ministro do Interior, que anunciou a intenção do governo federal de restringir a ação das missões religiosas junto às comunidades indígenas, o padre Antonio Iase Junior, em nome do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — disse em Manaus que o ministro Rangel Reis "está tendo um procedimento leviano, usando informações infundadas, porque o governo não tem interesse em afastar os missionários de um trabalho que realizam há 400 anos".

Durante os debates do Seminário do Índio, o assessor do Cimi fez também severas críticas à Funai, dizendo que o general Ismarth Araújo "tem sido diplomático e não franco em suas afirmações, pois sempre que é indagado procura sair pela tangente. Resta a todos nós — disse — missionários ou não, assistirmos à morte lenta dos índios".

Enquanto isso, em Belo Horizonte, o padre José Vicente Cesar, presidente do Conselho Indigenista Missionário, afirmou ontem que não há necessidade de se promover reformas no Estatuto do Índio para reforçar a autoridade da Funai na condução da política indigenista no Brasil, conforme anunciado pelo ministro Rangel Reis, em Brasília. Na opinião do missionário católico, "basta simplesmente a Funai seguir o texto do estatuto, que lhe dá todos os poderes para coordenar a política indigenista brasileira".

A respeito do parágrafo 1.º do artigo 2.º do estatuto, sobre o qual o ministro reafirmou a disposição de manter o veto presidencial, o padre Vicente Cesar disse que ele não dá "qualquer tipo de poder aos missionários". O veto presidencial, segundo ele, foi determinado pelo texto confuso do artigo, que assegurava também a missões científicas e filantrópicas o direito de atuar junto aos índios.

Em carta enviada ao presidente do Senado, Magalhães Pinto, o Cimi sugere que o pa-

ragrafo passe a ter a nova redação, assegurando o direito de atuação apenas "às missões religiosas com reconhecida tradição de trabalho entre os índios". O que as missões religiosas — as católicas, pelo menos — pretendem garantir com este parágrafo do artigo segundo, na opinião do presidente do Cimi, é um "direito histórico, já que elas vêm atuando junto aos índios brasileiros muito antes da existência de órgãos governamentais para esse fim".

Sobre distorções denunciadas pela Funai na atuação das missões religiosas junto aos índios, o padre José Vicente Cesar afirmou que o Cimi somente se responsabiliza pelo trabalho das missões católicas, por ser um órgão de orientação normativa exclusivamente da Igreja católica. "Denúncias e acusações contra métodos e maneiras de tratar o índio em áreas de outras missões religiosas — protestantes, evangélicas e outras — não atingem, portanto, propriamente o âmbito das prelazias católicas, que procuram exercer sua pastoral indígena sob a orientação do Cimi", disse o presidente. A maioria das missões religiosas atualmente trabalhando na região do Amazonas, segundo o padre Cesar, não são católicas.

Ainda comentando o atual interesse do Ministério do Interior em reformar o Estatuto do Índio, o presidente do Cimi reafirmou a posição do órgão, expressa em carta ao presidente do Senado, segundo a qual, "é demasiado exigua o prazo de aplicação do estatuto (que entrou em vigor em 23 de dezembro de 1973) para que já se cogite de introduzir-lhe modificações de maior amplitude".

O SEMINÁRIO

A firme disposição do Conselho Indigenista Missionário de não participar dos debates — sugerindo ou pleiteando em favor do índio — por si só se constituiu numa razão para o esvaziamento do Seminário do Índio que a Funai realiza em Manaus. A Funai está mais preocupada em criar uma imagem positiva do seu trabalho junto às comunidades indígenas, reconhecendo que desconhecia a Amazonia Legal em termos de índio, especialmente agora que trouxe para a

região a sua cupula administrativa.

As missões, que seriam importantes setores nos debates do seminário, partiram para os insultos e para as tentativas de desmentir as denúncias feitas pelos antropólogos ao seu trabalho junto aos silvícolas. Os dois órgãos estão encarando o problema do índio sem objetividade, absorvendo o tempo dos debates para acusações.

Os insultos, as denúncias partidas das missões religiosas contra a Funai e desta contra os missionários, tornaram o seminário um foco de intriga, de acusações mútuas, onde o aspecto principal do conclave — o índio, os seus costumes, as suas comunidades — deixou de ser o fundamental para antropólogos e missionários.

Nestes três dias, pouca coisa em benefício do índio foi discutida, analisada e sugerida. Os temas — antes considerados importantes pelos antropólogos, Funai e missionários — já não são discutidos e analisados, porque deram lugar às acusações, às denúncias de desmandos administrativos, tanto da Funai como das missões religiosas.

Enquanto isso, as sugestões dos membros dos grupos-tarefas estão escondidas em pastas expostas nas bancas do seminário, sugestões que seriam apresentadas com base nos levantamentos que os antropólogos realizaram nas aldeias indígenas do Baixo Amazonas, Solimões, Rio Negro, Purus, Juruá e Roraima. Essas sugestões, abrangendo aspectos sociais, comunitários, de saúde e profissionalização da mão-de-obra indígena, esperam uma oportunidade para serem lançadas em plenário, se é que ainda há tempo para isso.

No Recife, o coordenador regional do Mobrai em Pernambuco, Carlos Le Champs, anunciou ontem a alfabetização de três mil índios nos municípios de Aguas Belas e Pesqueira. O disse ser também do interesse do movimento criar cursos profissionalizantes para os núcleos indígenas existentes no Estado. A notícia causou surpresa na Delegacia Regional da Funai, que informou desconhecer qualquer estudo oficial nesse sentido.